

ACNUR BRASIL

RESPOSTA À COVID-19

FEVEREIRO 2021



Em 15 de fevereiro, o abrigo Nova Canaã foi reaberto em Boa Vista para acomodar a população indígena

CONTEXTO OPERACIONAL

Em 28 de fevereiro, o Brasil alcançou um total de 10.551.259 casos confirmados e 254.942 óbitos por COVID-19, enquanto o plano de vacinação contra o COVID-19 teve como alvo mais de 7 milhões de pessoas, o que representa 3,3% da população.

A região norte do Brasil como um todo continuou a ser severamente impactada pela segunda onda da pandemia. O Amazonas já registrou mais óbitos de COVID-19 nos dois primeiros meses de 2021 do que no ano passado. Em 20 de fevereiro, o governador do Amazonas, Wilson Lima, prorrogou o toque de recolher noturno até o fim do mês, mas permitiu progressivamente a reabertura de centros comerciais e empresas locais em horário de trabalho reduzido. Para apoiar a resposta das autoridades locais à segunda onda do COVID-19, o ACNUR forneceu 220 camas, 200 colchões, capas e lençóis para a Secretaria de Saúde do Amazonas que, seguido da doação realizada em janeiro, contribuiu para ampliar a capacidade de leitos dos estabelecimentos públicos de saúde em um total de 335 unidades adicionais. Além disso, mais de 1.390 itens não-alimentícios foram fornecidos à Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC) para atender a população indígena e não-indígena durante a pandemia. O apoio remoto continua a ser prestado por meio de uma linha direta de proteção que, em fevereiro, permitiu que 1.569 refugiados e migrantes da Venezuela recebessem assistência direta e encaminhamentos aos serviços, a fim de acessar documentação, necessidades materiais urgentes (alimentos e itens não-alimentícios), apoio financeiro e outras necessidades de proteção.

Em 22 de fevereiro, o Acre declarou estado de calamidade pública diante da combinação devastadora de pandemia COVID-19, surto de dengue e inundações que afetaram 130 mil pessoas em 10 municípios do estado, incluindo a capital Rio Branco. Além disso, em 16 de fevereiro, a tentativa de cerca de 450 refugiados e migrantes – em sua maioria haitianos que estavam há dias na cidade de Assis Brasil – de cruzar a fronteira com Iñapari, no Peru, causou tensões entre o grupo e as Forças Armadas peruanas, já que a fronteira peruana permanece oficialmente fechada devido à pandemia.

As chegadas contínuas na fronteira em Pacaraima aceleraram a reabertura do abrigo Nova Canaã em 15 de fevereiro, a fim de receber a população indígena e ajudar a aliviar a pressão de recepção no Alojamento de Trânsito BV8. A resposta de emergência envolveu a estreita coordenação do

ACNUR com parceiros e a Força-Tarefa Logística e Humanitária (FT Log Hum) do Exército no planejamento do local, em conformidade com as medidas de prevenção do COVID-19, e a distribuição de itens não-alimentícios (NFIs), incluindo colchões, kits de higiene e kits de limpeza. O ACNUR também prestou assistência na preparação da reabertura do abrigo Tancredo Neves e ampliação dos abrigos não-indígena Rondon 1 e Rondon 3, contribuindo com a instalação de Unidade de Habitação para Refugiados (RHUs) adicionais e com o aprimoramento de medidas de segurança, como iluminação, instalação de cercas e câmeras.

No dia 4 de fevereiro, a Plataforma R4V no Brasil (Resposta aos Venezuelanos) – coordenada pelo ACNUR e pela OIM – realizou uma reunião com o general Antonio Barros e os representantes das 47 organizações parceiras do R4V, incluindo agências da ONU e organizações da sociedade civil. O coordenador da Força-Tarefa Logística e Humanitária da Operação Acolhida, general Barros, apresentou os últimos desenvolvimentos na resposta humanitária aos refugiados e migrantes da Venezuela, bem como lacunas prioritárias na estratégia de acolhimento, saúde e interiorização, solicitando o apoio do R4V para complementar as intervenções do Estado nesses setores.

De 23 a 25 de fevereiro, o ACNUR apoiou a missão do Procurador Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), Carlos Alberto Vilhena, a diversos projetos estratégicos e parceiros do ACNUR em São Paulo para melhor ilustrar os esforços e os desafios existentes na proteção e integração de refugiados e migrantes no Sul-Sudeste e em todo o Brasil. O Procurador se reuniu com o representante do ACNUR para discutir questões de refugiados, incluindo os desafios atuais da resposta de emergência e o acesso à documentação para refugiados e migrantes, que parou devido à pandemia COVID-19. Durante o encontro, ambos os representantes também discutiram novas oportunidades de cooperação, incluindo a ampliação do projeto humanitário do Aeroporto de Guarulhos para outros aeroportos do país, e o fortalecimento da cooperação técnica e da capacitação do sistema de justiça federal. O PFDC também visitou projetos do ACNUR na Cáritas São Paulo, Missão Paz, Aldeias Infantis, Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI) da prefeitura de São Paulo, e participou de uma visita ao aeroporto de Guarulhos em áreas restritas acompanhados pela Polícia Federal e outros membros do Grupo de Trabalho coordenado pelo ACNUR. Nesse período, o Representante do ACNUR também se reuniu com representantes recém-eleitos das Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania, Relações Internacionais e Assistência Social, para destacar as iniciativas conjuntas promovidas nos últimos anos e reforçar a colaboração para iniciativas futuras. Além disso, também foi assinado um acordo de doação com o município de São Paulo, contemplando o suporte do ACNUR para melhor equipar as estruturas de serviços públicos de apoio aos refugiados e migrantes que vivem na cidade.

PRINCIPAIS RISCOS E LACUNAS

Colapso nos sistemas de saúde: Os sistemas locais de saúde em diversos estados brasileiros continuam enfrentando múltiplos desafios na resposta à COVID-19.

Impacto socioeconômico: Devido às medidas de distanciamento social e isolamento, muitos refugiados e migrantes venezuelanos não conseguem continuar com suas atividades econômicas e perderam sua fonte de renda.

Acesso ao território e refúgio: As restrições de entrada resultam em um aumento do número de venezuelanos que cruzam irregularmente a fronteira do Brasil em situações de extrema vulnerabilidade, expostas ao tráfico humano, à exploração e ao abuso. Além disso, sem caminho para regularização e documentação, as pessoas de interesse do ACNUR estão enfrentando desafios adicionais para exercer seus direitos.

Aumento do número de venezuelanos indocumentados: Seguindo as medidas de contenção pelo COVID-19, a Polícia Federal suspendeu seus serviços presenciais e atualmente operam em capacidade reduzida, resultando em um passivo significativo de solicitantes de reconhecimento da condição de refúgio, refugiados e migrantes que não conseguiram renovar seus documentos de identidade e, portanto, vivem com acesso limitado a serviços essenciais.

RESPOSTA DO ACNUR**Fortalecendo o abrigo e reforçando as respostas locais de saúde**

Acesso à Saúde: Em Belém, a Secretaria Municipal de Saúde (SESMA) incluiu os indígenas Warao como grupo prioritário do plano de vacinação devido às suas especificidades epidemiológicas, sociais e nutricionais. Como resultado, foram reservadas 500 doses de vacina para esse grupo e até 28 de fevereiro, 141 indígenas Warao, residentes tanto no abrigo municipal quanto em casas particulares em Belém, haviam sido vacinados.

No dia 8 de fevereiro, um casal de idosos indígena Warao, que morava em uma casa particular em Manaus, recebeu a primeira dose da vacina COVID-19. Os esforços de *advocacy* do ACNUR no Amazonas também resultaram na recomendação, emitida pelo Ministério Público Federal (MPF-AM), de priorizar todos os Indígenas Warao no plano de vacinação, incluindo aqueles que vivem em áreas urbanas e de origem venezuelana.

No dia 17 de fevereiro, iniciou-se a campanha de vacinação nos abrigos da Operação Acolhida em Boa Vista, em decorrência de esforços de *advocacy* promovido pelo Grupo de Trabalho Interagencial de Saúde junto à Secretaria Municipal de Saúde (SMSA). De acordo com o plano local de vacinação, que prioriza idosos e pessoas com deficiência, 5 PoCs foram identificados e receberam a primeira dose da vacina COVID-19, com apoio técnico do UNICEF.

Até 28 de fevereiro, o ACNUR tomou conhecimento que 263 venezuelanos foram vacinados em Belém, Brasília, Boa Vista, Manaus, Nova Iguaçu e Pacaraima. Desses, 239 são indígenas.

Abriço: Em fevereiro, 1.074 refugiados e migrantes foram realocados em diferentes abrigos de Boa Vista. Na última semana do mês, a Operação Acolhida também introduziu a triagem médica para a COVID-19 como parte do procedimento para abrigo em Roraima, com a assistência técnica do ACNUR para operacionalizar a triagem de acordo com as recomendações da OPAS/OMS e garantindo acesso ao abrigo.

Garantindo proteção e apoiando os processos de integração

Integração: Durante o mês de fevereiro, um total de 1.109 refugiados e migrantes foram interiorizados a partir do Amazonas e de Roraima para outras partes do Brasil de ônibus ou avião. O ACNUR apoiou nos procedimentos preparatórios para a viagem (FFT, *fitness for travel*) para todos esses indivíduos e supervisionou a realocação da modalidade institucional de 120 pessoas. Além disso, no contexto do projeto “Empoderando Refugiadas”, foram oferecidas vagas a 16 mulheres, entre elas pessoas com deficiência, doenças crônicas e outras necessidades específicas, nas cidades de São Paulo, Porto Alegre e Natal. Elas contaram com o apoio do ACNUR para se instalarem em suas novas cidades-destino.

No dia 10 de fevereiro, o ACNUR e a Rede Brasil do Pacto Global da ONU lançaram a Plataforma Refugiados Empreendedores, que recebe apoio da Aliança Empreendedora, IFC, Migraflif, Facebook e do governo dos Estados Unidos. Proporcionando maior visibilidade aos empreendedores refugiados que vivem no Brasil, a plataforma também reúne recursos e informações úteis para facilitar oportunidades de engajamento entre atores do setor privado e refugiados que pretendem lançar ou expandir seus negócios no país.

No âmbito da parceria entre o ACNUR e o Banco Pérola, 20 empreendedores venezuelanos receberam empréstimos de microcrédito por meio do “Creditados”, programa desenvolvido pela

instituição financeira e atualmente em fase piloto em Brasília e Manaus para apoiar a inclusão financeira para os refugiados e promover geração de renda através de capacitações e oportunidades.

No dia 12 de fevereiro, o ACNUR realizou uma sessão de capacitação com 62 diretores do banco Caixa Econômica Federal atuando nos municípios do Pará onde vivem os indígenas Warao. Como a Caixa é o banco que supervisiona a alocação do Auxílio Emergencial, o treinamento ajudou especificamente os participantes a se familiarizarem com a documentação dos refugiados e migrantes, conscientizando sobre como esses grupos podem estar mais expostos a choques de renda e acesso limitado a mecanismos de proteção.

Além disso, o ACNUR e parceiros apoiaram 62 refugiados e migrantes em Manaus para acessar cursos gratuitos de ensino a distância em andamento no *Coursera*, plataforma online que lançou o "Coursera para Refugiados" em 2016 para levar educação de alta qualidade àqueles que mais precisam.

Proteção: Na 152ª Reunião Plenária do CONARE, o CONARE emitiu uma decisão favorável sobre 338 casos, enquanto 70 casos individuais foram rejeitados. Na Plenária, também foram examinados os recentes desdobramentos da integração entre os sistemas de refúgio e migração, incluindo a emissão de carteiras de identidade provisórias (DPRNM), que marcam a transição dos protocolos em papel que, embora válidos, são mais precários e às vezes criam suspeita entre empregadores e prestadores de serviços. Ao contrário do atual protocolo em papel, o novo cartão de identificação é válido até que o pedido de refúgio seja julgado e não precisa ser renovado anualmente, facilitando a integração local dos solicitantes de reconhecimento da condição de refúgio. A emissão deste documento, prevista no Decreto 9.277 de 2018, está em fase piloto em todas as principais cidades do país.

No dia 8 de fevereiro, a Receita Federal do Brasil (RFB) emitiu nota à Defensoria Pública do Estado de São Paulo informando que não há restrição para que refugiados e migrantes não documentados no Brasil possam emitir o CPF utilizando seus documentos do país de origem. Esse importante desenvolvimento ajudará a garantir o acesso integral dos refugiados e migrantes aos serviços de saúde, incluindo a vacinação contra o COVID-19 e outros direitos básicos, especialmente para aqueles que entraram no Brasil após o fechamento da fronteira em 2020.

No dia 4 de fevereiro, o ACNUR e a OIM realizaram uma sessão de treinamento com 18 participantes da Secretaria Municipal de Assistência Social de Montes Claros (MG), abrangendo temas de proteção, integração local e soluções duradouras para a população Warao que vive na cidade. Além disso, nos dias 10 e 11 de fevereiro, o ACNUR, juntamente com a OIM e o Ministério da Cidadania realizaram treinamento para 200 assistentes sociais em Belo Horizonte (MG) para fortalecer seus conhecimentos sobre questões de deslocamento forçado e ajudar a padronizar as práticas de assistência social. A capacitação é parte de uma iniciativa mais ampla que o ACNUR liderou em Belo Horizonte, envolvendo doações de camas beliche, colchões, computadores e móveis para fortalecer a capacidade local de recepção e o acesso a serviços públicos tanto para refugiados quanto para brasileiros na cidade.

No dia 19 de fevereiro, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública, a prefeitura de Guarulhos e o ACNUR assinaram a prorrogação do Acordo de Cooperação Técnica para garantir que a proteção continuada e a assistência humanitária sejam prestadas aos estrangeiros no Aeroporto Internacional de São Paulo. O ACNUR continuará apoiando atividades conjuntas, incluindo a capacitação para a polícia e funcionários de imigração para ajudar a garantir o princípio da não-devolução (*non-refoulement*) e acesso ao território.

Documentação e Registro: Em fevereiro, em Boa Vista e Pacaraima, o ACNUR e parceiros registraram 2.060 pessoas no proGres v4 e geraram 2.413 carteirinhas de entrada aos abrigos. Os números refletem os esforços de registro direcionados a refugiados e migrantes que são apoiados

por meio de abrigo, CBI ou estão incluídos na estratégia de interiorização promovida pelo governo federal.

Além disso, o ACNUR apoiou a documentação de 928 pessoas nos Postos de Interiorização e Triagem (PITrig) em Boa Vista e Pacaraima, incluindo 221 solicitantes de reconhecimento da condição de refúgio que entraram no Brasil antes da entrada em vigor das restrições de fronteira e foram emitidos cartões provisórios de identificação pela Polícia Federal em Pacaraima.

Como resultado do avanço do Grupo de Trabalho Warao de Uberlândia e da ação da Defensoria Pública da União (DPU), o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais emitiu uma decisão exigindo que os cartórios garantam o direito à certidão de nascimento para as crianças brasileiras, independentemente da validade da documentação dos pais estrangeiros.

Ampliando e adaptando estratégias de Comunicação com Comunidades (CwC)

Em Manaus, o ACNUR e a Fraternidade Internacional (FFHI) realizaram sessões de informação sobre saúde, higiene e higienização, tendo como alvo 590 PoCs hospedados no Alojamento de Trânsito de Manaus (ATM) e promoveram atividades infantis sobre métodos de prevenção à COVID-19 para aproximadamente 155 PoCs. Além disso, o ACNUR distribuiu, por meio de parceiros e promotores comunitários, panfletos informativos para aproximadamente 4.000 PoCs sobre os requisitos de acesso ao Auxílio Estadual e Auxílio Manauara, dois programas sociais de proteção recentemente introduzidos no Amazonas para promover o alívio imediato da pobreza por meio da transferência de renda diretamente para as famílias.

Em 26 de fevereiro, o ACNUR e parceiros lançaram a rádio comunitária "*La Voz de los Refugiados*" no abrigo Rondon 3. O projeto, financiado por Luxemburgo por meio do convite à apresentação de propostas do Serviço de Inovação do ACNUR sobre inclusão digital, representa uma resposta criativa ao desafio de identificar e combater a desinformação e os boatos que circulam entre os venezuelanos que vivem em abrigos em Boa Vista, ao mesmo tempo em que promove o empoderamento comunitário e ajuda refugiados e migrantes a tomar decisões informadas ao longo de seu deslocamento.

De 1 a 28 de fevereiro, a [Plataforma de Ajuda do ACNUR](#) registrou 21.694 sessões, sendo 71% novos visitantes.

Garantindo que pessoas em vulnerabilidade tenham acesso a itens básicos

Distribuição de alimentos e itens não-alimentícios (NFIs): Em Manaus, 73 famílias indígenas e 7 grupos de abrigos LGBTI+ foram apoiados no atendimento às suas necessidades alimentares por meio de cestas básicas e cartões. Essa iniciativa, que impactou diretamente um total de 313 pessoas, decorreu de um constante mapeamento de proteção realizado pelo ACNUR, o que possibilitou a identificação imediata de riscos alimentares dentro dessas comunidades e a resposta coordenada dos parceiros locais do ACNUR – Instituto Mana e Adra. Da mesma forma, os esforços de *advocacy* do ACNUR com o Mesa Brasil contribuíram para garantir a distribuição de um vale-alimentação para 49 famílias Warao residentes em Belém e Ananindeua.

O ACNUR distribuiu 460 kits de higiene, 305 kits de limpeza, 295 baldes, 440 jerrycans, 935 colchões, 1.150 capas de proteção de colchões, 65 lonas plásticas, 350 telas protetoras anti-mosquitos, 15 lâmpadas solares e 365 pacotes de fraldas para adultos e bebês para dar suporte aos abrigos de Boa Vista. Além disso, em 25 de fevereiro, o ACNUR entregou 102.816 sabonetes Unilever para apoiar a resposta de saúde estadual à COVID-19 tanto para refugiados quanto para a comunidade de acolhida em situação de vulnerabilidade.

Em Pacaraima, o ACNUR também distribuiu 330 colchões, 435 capas de proteção de colchões, 1.200 kits de limpeza, 5.076 sabonetes e 500 tapetes para continuar auxiliando a população do Alojamento de Trânsito BV8. Essa distribuição reflete os esforços para responder ao crescente

número de recém-chegados, e incluiu a doação de 6 Unidades de Habitação para Refugiados (RHU) para a Força-Tarefa Logística e Humanitária da Operação Acolhida para ajudar na construção da área de isolamento da COVID-19.

Fortalecendo a informação pública sobre deslocamento forçado através de sensibilização

Informação Pública: Como parte dos 70 anos do ACNUR e da celebração do centenário da Folha de São Paulo, a exposição multimídia sobre jornalistas refugiados foi lançada no dia 3 de fevereiro no Museu da Imigração de São Paulo. A exposição, aberta até 30 de maio, tem como objetivo lançar luz sobre os desafios do deslocamento forçado e oportunidades de integração local e aspira influenciar positivamente as atitudes públicas sobre esses temas. Paralelamente, em 2 de fevereiro, o ACNUR lançou um workshop para jornalistas e estudantes de comunicação apresentando um guia do ACNUR para cobertura jornalística humanitária, envolvendo 50 participantes.



Reconhecendo a importância do esporte como ferramenta para a inclusão de refugiados e migrantes, no dia 23 de fevereiro, o ACNUR e o Santos Futebol Clube renovaram o termo de cooperação de parceria institucional pelo segundo ano. O termo tem como objetivo proporcionar aos jovens refugiados acesso às escolas "Meninos da Vila", além de outros esportes e atividades de comunicação.



Contatos:

Chiara Orsini – Associate Reporting Officer (orsini@unhcr.org)

Natália Neves – Donor Relations Associate (neves@unhcr.org)

Parceiros do ACNUR no Brasil – UNHCR partners in Brazil



UNHCR, the UN Refugee Agency, is grateful for the support of:
 O ACNUR, a Agência da ONU para Refugiados, agradece o apoio de:



With the support of the following organizations and private sector partners:
 Com o apoio das seguintes organizações e parceiros da iniciativa privada:



O ACNUR Brasil agradece o grande apoio e parceria com todas as outras agências da ONU, autoridades brasileiras (a nível federal, estadual e municipal) e organizações da sociedade civil envolvidas na resposta de emergência e nos programas regulares da operação brasileira.